

ORIGENS DO DESPERDÍCIO E A COEXISTÊNCIA PACÍFICA ATUAL COM A SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Por certo o desperdício não é uma questão recente na realidade humana; convive conosco desde tempos remotos. Entretanto, a relação entre os recursos disponíveis e a densidade demográfica do planeta tem elevado a preocupação com o uso desmesurado daqueles, principalmente no tocante à produção de bens supérfluos ou descartáveis. Não falo dos desperdícios que possam ser observados em empresas ou outras instituições, cujo resultado principal no combate ao uso inadequado dos recursos disponíveis seja a lucratividade. Os desperdícios que são motivo de análise aqui são aqueles que se fazem presentes em nossa realidade diária, podendo ser identificados como aqueles mais significativos, e que, comumente, parecem trazer relativa preocupação para boa parcela da população. Dentre eles, pode-se citar a água, a energia elétrica, os alimentos, as embalagens plásticas, o papel e, até mesmo, o tempo. A este último tem sido dedicado um espaço considerável pelo mundo pós-moderno, inclusive com cursos específicos de capacitação de “como evitar o desperdício de tempo” ou “como tornar seu tempo mais produtivo”, ou ainda “como otimizar seu tempo”. Aliás, esta tem sido a maior preocupação da atual geração: saber aproveitar o tempo disponível para não desperdiçá-lo.

Entretanto, todos esses desperdícios podem se tornar irrelevantes se percebermos a exclusão humana criada pela falta de oportunidades, pelos conflitos étnicos, pelas guerras civis; principalmente nos países onde a presença secular europeia legou uma herança interminável de conflitos. É desta forma que BAUMAN (2005) chama a atenção para a parcela redundante da humanidade, que vagueia em busca de horizontes, considerada por ele como desperdício. Em *Vidas Desperdiçadas*, o autor destaca o crescimento acentuado do que ele denomina “refugo humano” ou seres humanos redundantes, que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar. Enfatiza que este “é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade”, podendo ainda ser também considerado “um inescapável efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico” (p. 12). Entende ele que

a nova plenitude do planeta significa, essencialmente, uma crise aguda da indústria de remoção do refugo humano. Enquanto a produção de refugo humano prossegue inquebrantável e atinge novos ápices, o planeta passa rapidamente a precisar de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do lixo. [...] A globalização se tornou a terceira – e atualmente a mais prolífica e menos controlada – “linha de produção” de refugo humano ou de pessoas refugadas. Também

deu nova roupagem ao velho problema e encheu-o de um novo significado e de uma urgência sem precedentes (BAUMAN, 2005, p. 13 e 14).

A forma de vida moderna movimentou uma quantidade enorme e crescente de “seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência”. A situação atual denota uma pressão populacional inversa do período colonialista pós Segunda Guerra mundial, sem que hajam escoadouros prontamente disponíveis, tanto para a “reciclagem” quanto para a “remoção” segura destes excedentes. Para BAUMAN, são estes excedentes que acabam soando o alarme e amplificando os “temores relacionados à segurança”.

Os problemas do refugio (humano) e da remoção do lixo (humano) pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente (BAUMAN, 2005, p. 15).

Aqui não tratarei deste desperdício, o de vidas. Trago a questão como uma forma de convocar a todos para reflexão a respeito, pois embora tenhamos uma preocupação com o bom uso dos recursos disponíveis, é razoável que estejamos atentos também aos problemas que atingem a sociedade.

Antes de pormenorizar os desperdícios anteriormente ressaltados, quero utilizar minha habilidade no lidar com a ciência da História para trazer momentos da convivência com meus pais, onde percebi preocupações no uso dos recursos disponíveis e, portanto, uma acentuada busca no combate ao desperdício. Pelo menos é o que pude notar nos comportamentos de gerações anteriores à nossa, comportamentos estes significativamente diferentes.

Meu pai nasceu no meio rural, mais propriamente na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, no ano de 1928. Precocemente perdeu seus pais e, por isso, foi criado por um fazendeiro da região que poucas oportunidades de educação lhe proporcionou, restando-lhe tão somente os saberes populares da época. Todavia, posteriormente migrou para a cidade grande, Santa Maria da Boca do Monte, onde conseguiu melhor oportunidade em uma concessionária de veículos. Além de estudar até a quarta série do extinto Curso Primário, ali aprendeu de forma autodidata e empírica os primeiros elementos da Mecânica, o que futuramente lhe serviria de base para uma evolução profissional e financeira. Minha mãe, também nascida no meio rural, desde cedo esteve envolvida com o uso parcimonioso dos recursos disponíveis. Uma das três filhas de uma família de sete irmãos, minha mãe conta que até a água para o

banho naquele recanto era regulada, pois sua escassez era sinônimo de preocupação para todos. Mas, essa realidade não era exclusividade de meus pais. As primeiras décadas do século XX em nosso país foram caracterizadas por uma marca indelével: a maioria da população vivia no campo e a cidade era reduto de uns poucos privilegiados de boas condições financeiras. Somente com o advento da industrialização do país é que esta realidade sofreria transformações. A instalação das primeiras fábricas no país, depois da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, paulatinamente reverteria os dados estatísticos da realidade campo-cidade. Aos poucos, a migração em busca de oportunidades de emprego e o conforto da cidade grande deslocaria grande parcela de famílias para os arredores das fábricas. Pouco diferente das condições atuais, onde o televisor e até mesmo o computador são instrumentos que impõem novidades pela imagem e transformam comportamentos, o aparelho de rádio era o portador dessas novidades e também impunha decisões, fazendo com que muitas famílias procurassem a cidade em busca de melhores condições. E a história de meus pais não seria diferente daquela vividas por muitas famílias¹.

Desde seus antepassados, homens e mulheres auscultaram / auscultam maneiras confortáveis de desfrutar a vida. Facilitar a busca de recursos imprescindíveis à sua sobrevivência, como água e alimentação, foi sempre a grande preocupação dos humanos. A construção de habitações, além de servir de resguardo das intempéries e dos animais selvagens que habitavam as florestas, trouxe mais conforto e o surgimento de uma vida em comunidade. As grandes distâncias a serem vencidas, o grau de dificuldade de altitudes e profundidades e a disputa com outros animais, fizeram com que se pensassem alternativas para minimizar o esforço e o risco aí implícitos. Ao manter-se, desde seus primórdios, de forma ereta visualizando horizontes e antecipando perigos, ao empregar as mãos como ferramentas de coleta em lugar de simples patas de locomoção e defesa, e ainda, posteriormente, ao fazer uso de galhos de árvores ou de ossos, extensão dos membros superiores, o homem obteve inúmeras vantagens em relação aos seus adversários nesta busca². CHASSOT (2004), além de referenciar a importância dessas descobertas, salienta que “em uma determinada etapa de nossa

¹ Raymond Williams (1921-1988) em sua obra “O campo e a cidade” analisa apropriadamente estes dois espaços, oferecendo leituras de poemas bucólicos relatando o efetivo desenvolvimento da sociedade rural e as reações aos centros urbanos a partir dos séculos XVI e XVII. Analisa também as mudanças decisivas ocorridas em Londres no século XVIII. No caso da Inglaterra, há uma peculiaridade interessante, pois naquele país a Revolução Industrial operou muito cedo e em grau bastante acentuado uma alteração sem precedentes nas relações entre o campo e a cidade, substituindo ao campesinato tradicional um capitalismo agrário altamente desenvolvido.

² Permito-me aqui trazer uma visão evolucionista darwiniana da raça humana, contrariamente ao conceito criacionista de cunho religioso. A Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin (1809-1882) introduziu a idéia de evolução das espécies a partir de uma ancestral comum e que, por meio da seleção natural, proporcionava somente aos mais hábeis condições de sobrevivência.

história, nossos ancestrais, talvez há dez mil anos, deixaram de ser caçadores [...] e coletores para se estabelecerem como cultivadores da terra e criadores de animais domésticos. Em vez de [...] apropriarem-se [...] da natureza, passaram a interferir nela.” (p.15) Evidenciando a busca de uma situação que lhes proporcionasse conforto, relata o autor que

a transformação dos humanos em pastores e agricultores exigiu grandes modificações na sua postura, o que lhes proporcionou certo domínio sobre a natureza e facilitou-lhes a obtenção de alimentos com uma crescente independência das condições geralmente adversas do meio ambiente. [...] Com o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, homens e mulheres foram capazes de obter de menores extensões de terra uma maior quantidade de alimentos em relação ao antes obtidos da caça ou coleta em extensas zonas. (CHASSOT, 2004, p.16).

A partir desse *modus vivendi*, que trouxe facilidade e conforto na obtenção dos recursos necessários à sobrevivência humana, é possível sugerir a identificação dos primeiros traços do comportamento de desperdício. Paralelo a uma situação de fartura dominante, o desperdício teve seu embrião, ao que parece, na despreocupação com a necessidade da busca incerta pelos recursos imprescindíveis; já que agora estes estavam à disposição em local certo, seguro e confiável³. Mas, também não se pode afirmar que a adoção da prática do consumo em demasia, onde o desperdício é marca proeminente, seja um comportamento com aspectos tão somente negativos. Numa rápida reflexão é possível aquilatar o quanto a geração de novidades tecnológicas gerou necessidades e, desta forma, ampliou o volume de empregos no mercado de trabalho, colocando em ação uma quantidade enorme de pessoas que, sem a ação mercadológica do marketing, e por conseqüência o consumo, ficariam desempregadas.

O advento da *moda*, com seus *estilos e tendências*, alavancou um mercado que hoje movimenta altas cifras em todo o mundo, não só na comercialização de roupas e produtos de beleza, como também na geração de empregos para “modelos” que desfilam em passarelas do mundo todo. Além disso, o culto ao corpo escultural tem também possibilitado uma gama enorme de empregos no mundo estético pós-moderno. Dietas em série são oferecidas a todos aqueles que se vêem compelidos a reduzir peso e manter a silhueta dentro do padrão estabelecido, ou, pelo menos, que consigam atender aqueles padrões ditados pela sociedade como protótipos perfeitos da raça humana. Esses

³ Um dos momentos mais frutíferos no entendimento das dificuldades dos humanos na busca da sobrevivência foi quando tive a oportunidade de assistir à película “A Guerra do Fogo”, produção francesa que retrata a vida dos primeiros grupos nômades de caçadores coletores nos primórdios da humanidade. O filme mostra as inúmeras dificuldades das tribos no acesso à comida, no acesso ao conforto das habitações e a presença cotidiana do medo. Ou seja, a busca da sobrevivência sempre trouxe / traz intranquilidade aos humanos. A produção destaca ainda os contatos iniciais entre grupos rivais e o aprendizado originado destes envolvimento. Não que possa se afirmar categoricamente a inexistência do desperdício naquele tempo, até porque não convém tratar tal assunto de forma anacrônica.

padrões têm suscitado enormes preconceitos em relação à obesidade e a antigos conceitos de beleza.

A literatura dos cuidados com o corpo registra recordes de vendas. Da mesma forma, um surto de academias para cultuar a forma física e a contratação de treinadores pessoais – os famosos “personal-trainers” – têm alterado a rotina de muitas pessoas. O corpo passou a ter um maior significado e, por mais que o tempo seja escasso para outras tarefas, não se vê como desperdício gastar tempo para tratar da forma física e buscar uma silhueta mais alinhada ao estilo greco-romano. Até porque, o sinônimo de saúde tem sido preconizado pela ciência médica como o cuidado do corpo de forma harmoniosa. Por isso, a busca por alguns anos a mais de existência e pelo retardamento da velhice, requer uma corrida frenética a exercícios físicos em sofisticados aparelhos, onde poderíamos entender, aqui no nosso caso, como um desperdício de energia. Na aceção do despêndio de força muscular, entende-se que todo o prodigalizar de energia tem como resultado final algum trabalho; ou algum produto que resulte desse trabalho. Afinal, mesmo que se desperdice algum tempo com esses cuidados, o que interessa é a boa forma e um corpo que atenda aos padrões estabelecidos; resultado final dessa demanda de energia.

Em relação à denominada “boa forma”, BAUMAN (2007a) entende que, na atual sociedade dos consumidores, esta situação é similar ao que a “saúde” significava para o produtor na sociedade dos produtores. É uma certificação de estar incluído, de “fazer parte”. Para ele, o ideal de “boa forma” refere-se à capacidade de absorção do corpo e ao seu grau de sintonia com as delícias que estão sendo ou logo serão oferecidas. É uma espécie de “jihad” pela boa forma, cuja duração é uma vida toda e impensável de ser vencida, reformulando o mundo externo ao corpo como um local de perigos assustadores e terríficos, indizíveis e incognoscíveis. “Mesmo que nenhum dano direto se tenha produzido, qualquer coisa que você ingira ou inale, tudo que se infiltra em sua pele sem ser convidado ou penetre o interior de seu ser [...] pode interferir no regime que você planejou para o seu corpo a fim de mantê-lo em forma” (p. 125). Sendo assim, a “boa forma”

não conhece limite superior; na verdade, é definida pela ausência de limites – mais especificamente, por sua inadmissibilidade. Seu corpo pode estar em excelente forma, não importa – sempre será possível melhorar. Não importa a forma em que esteja neste momento, sempre há misturada uma dose irritante de “má forma”, a qual aparece ou é deduzida quando você compara o que vivenciou com os prazeres insinuados pelos rumores e pelas visões de alegrias de outras pessoas que você até agora não conseguiu experimentar e que só pode imaginar e sonhar. Na busca da boa forma, diferentemente do que ocorre com a saúde, não há um ponto em que se possa dizer: agora que a alcancei, posso muito bem parar e mantê-la e

usufruir do que tenho. Não há uma “norma” da boa forma que se possa estabelecer como objetivo e finalmente atingir. A luta pela boa forma é uma compulsão que logo se transforma em vício. Como tal nunca termina. Cada dose precisa ser seguida de outra maior (BAUMAN, 2007a, p. 123).

Mais do que se manter em forma, parece haver uma necessidade de que o corpo encerre um determinado significado nos tempos pós-modernos. Uma análise da construção desses significados é realizada por CANCLINI (1999), em “Consumidores e Cidadãos”. Para ele, a existência de fatores como a globalização, o mercado e o consumo, e as transformações decorrentes deles, se justificam pelo relacionamento entre os homens e a construção de significados em sociedade. Embora se coloquem frequentemente as questões de mercado e de consumo, como de simples eficiência comercial, e a globalização como uma busca no aumento das vendas, essas interpretações são possíveis “por que os homens vivem juntos e vêem tudo do ponto de vista dos negócios e da publicidade” (p. 44).

Um instrumento muito forte na determinação do consumo e, porque não dizer, uma das grandes invenções da economia moderna, foi a obsolescência planejada. Foi ela que determinou o tempo de vida útil dos bens comercializados no mercado, assim como, a durabilidade das peças que o compõem. Esses bens já deixam a produção das fábricas com um tempo limite de duração, assim como, são considerados ultrapassados pelas campanhas mercadológicas que estipulam o que é atual e o que está fora de moda. Este, também, pode ser considerado um ingrediente extraordinário na geração de oportunidades de trabalho no mundo pós-moderno, já que a durabilidade dos bens foi percebida pelos empresários como uma ameaça nefasta ao crescimento da economia. Desta forma, criaram-se os departamentos de marketing das empresas, com suas estratégias de mercado e lançamentos constantes de novidades. É incessante nessas empresas, os estudos de novos lançamentos, novas cores, novos modelos, novos designs, novas tendências. São palavras e expressões que ocupam o cotidiano dos profissionais de Vendas e Marketing. Aquilo que agora é considerado atual, novo, reluzente, daqui a poucos dias pode ser classificado como desatualizado e obsoleto. Quem adota uma postura de resistência na atualização de seus objetos, pode ser taxado de conservador ou tradicional. Desta forma, pode estar se furtando em participar do que BAUMAN (2005) classifica como “cultura do cassino”, onde para ser admitido é necessário ser despretenso e onívoro, abstendo-se da rigidez da preferência ou da adesão a algo por muito tempo, assim como, estar sempre pronto a provar e aproveitar ofertas, sendo pouco coerente e estável nas predileções. Com relação à dicotomia novo/

velho, atual/obsoleto, moderno/ultrapassado, BAUMAN (Idem) destaca o comportamento atual do mercado, onde

A rejeição do novo é de mau gosto, e quem rejeita os riscos se arrisca a ser rejeitado. Mas igualmente incorreta e perigosa é a lealdade ao antigo. E o envelhecimento do novo, antes um longo processo, leva cada vez menos tempo. O “novo” tende a ficar “velho”, a ser alcançado e ultrapassado, instantaneamente (BAUMAN, 2005, p. 145).

Com isso, há uma mudança imperceptível e decisiva no significado de “beleza”, cujo conceito tomou inúmeras horas de filósofos e agora, notadamente, se esboroa. Não há mais o vínculo costumeiro entre beleza e eternidade, valor estético e durabilidade. Para BAUMAN, a mudança vertiginosa da moda implica em que o consumidor seja dependente de opiniões externas, aceitando as imposições das garantias ofertadas pelos produtos.

O mercado de consumo e o padrão de conduta que ele exige e cultiva são adaptados à “cultura do cassino” líquido-moderna, que, por sua vez, é adaptada às pressões e seduções do mercado. Os dois se dão bem entre si, se abastecem e se reforçam mutuamente. Para não desperdiçar o tempo de seus clientes, nem prejudicar ou impedir suas futuras, mas imprevisíveis alegrias, o mercado de consumo oferece produtos destinados ao consumo imediato, de preferência para um único uso, seguido de rápida remoção e substituição, de modo que os espaços de vida não fiquem congestionados quando os objetos hoje admirados e cobiçados saírem de moda. Os clientes, confusos pelo turbilhão da moda, pela atordoante variedade de ofertas e o ritmo vertiginoso de sua mudança, não podem mais recorrer à capacidade de aprender e gravar – e assim precisam (e o fazem com gratidão) aceitar as garantias de que o produto atualmente em oferta é “a coisa”, “a coisa mais quente”, o “must”, aquilo “(com/em) que devem ser vistos” (BAUMAN, 2005, p. 146).

Outra ferramenta poderosa da economia é a publicidade através da mídia televisiva. É ela, muitas vezes, que cria os símbolos que norteiam e direcionam o consumo para os mais variados produtos. É o que comumente se tem denominado de “marca”. E não quero aqui buscar de forma aprofundada o conceito de “marca”, nem mesmo trazer estudiosos de tendências de mercado para uma abordagem específica, mas mostrar unicamente o quanto esta palavra está associada ao cotidiano da Escola, principalmente dos adolescentes. Está na moda o aluno que usa o tênis com amortecedores de impacto, com a marca do “bichinho” tal, e ele só é original se possuir três costuras na lateral esquerda do pé direito e na lateral direita do pé esquerdo. Só o olhar atento destes consumidores é capaz de perceber a adulteração de produtos oriundos do continente asiático, ou que tenha atravessado a Ponte da Amizade. Consumidor menos detalhista, como eu, dificilmente haverá de observar tamanha ‘fraude’. É o que BETTS In ZILLOTTO (2003) estabelece quando analisa o consumo e o valor do objeto. Diz ele que

somos o que consumimos. Ou melhor, tentamos ser. E não basta consumir objetos. O valor, ou o poder de dizer quem somos, depende do *status da marca*, que se tornou mais importante que o

próprio objeto. O valor se desloca do objeto para a grife. É a grife que dá seu valor ao produto e não ao contrário. Daí a quantidade de imitações de menor custo do objeto ícone de marca (p. 98).

A lógica da propaganda televisiva associa inúmeras imagens de sucesso para instigar o telespectador no reconhecimento de suas necessidades, mesmo que elas não existam. PEREIRA In ZILIOTTO (2003) ainda destaca que, a gratuidade em assistir aos programas televisivos pode ter um preço implícito que, muitas vezes, não percebemos. Para ele,

todo o telespectador sabe muito bem que os comerciais são os patrocinadores dos programas de televisão. É a publicidade que garante as verbas que remuneram as produções televisivas. E os anunciantes, por sua vez, esperam que os produtos anunciados sejam comprados pelos telespectadores. E para isso eles usam alguns recursos como contratar atores conhecidos, esperando exercer maior influência sobre o público consumidor. E também veiculam os anúncios em horários já estudados para que atinjam seu público-alvo (p. 81).

Dessa forma, nasceu a publicidade implícita, aquela que aparece por dentro da trama do filme, da novela, do seriado ou do programa de auditório. Ou seja, aquele carro que o ator principal utiliza para apanhar sua amada na saída do escritório, o tênis que a atriz exhibe em suas sessões de academia, o refrigerante que o rapaz experimenta enquanto aguarda o acesso ao espetáculo de música, e assim por diante. Toda a movimentação de cenário é minuciosamente elaborada de forma a determinar comportamentos e atitudes relacionadas com marcas e estilos.

CANCLINI (1999), ao analisar os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora, destaca a lógica existente na construção dos signos de status e nas maneiras de comunicá-los. Argumenta, baseado em textos de BORDIEU, APPADURAI e EWEN que, nas sociedades contemporâneas, boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, na disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica. Para tanto, crê ele que

há uma coerência entre os lugares onde os membros de uma classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que lêem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros. Essa coerência emerge quando a visão socioantropológica busca compreender em conjunto tais cenários. A lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam (CANCLINI, 1999, p. 80).

Em entrevistas que realizei com alunos e professores no espaço de Escolas da Educação Básica, foi possível observar o quanto as “marcas” estão presentes, participando de embates sem levar em consideração o poder aquisitivo das famílias. Estas, na maioria das vezes, se vêm solapadas pela cultura do consumo e da moda, e buscam, de todas as formas, atender às necessidades dos filhos; para que os mesmos não

sejam enquadrados como antiquados ou fora de moda. E para isso, muitas vezes, assumem dívidas em crediários fora de suas possibilidades financeiras. Aliás, o crediário parece ter sido mais uma alternativa importante, criada pelo sistema econômico, para movimentar e alavancar o mercado de produção e consumo.

Não é minha intenção trazer aqui uma abordagem que signifique a reificação do desperdício. Também não pretendo trazer fórmulas mágicas ou receitas prontas, direcionadas ao estabelecimento de um comportamento padrão em relação ao desperdício. Até porque, também há aqueles identificados com uma postura avarenta e que se coadunam com o dito popular de “não comer a banana para não jogar a casca fora”.

Pode-se afirmar que o mundo está repleto de exemplos de desperdício, pelo menos nesta visão pós-moderna de preocupação com a questão ambiental. Basta que se preste atenção e teremos muitas evidências. Já referidos anteriormente, alguns são comentados e conhecidos de muitos de nós: a água, a energia elétrica, os alimentos, as embalagens plásticas, o papel e até mesmo o desperdício de tempo. É desses desperdícios, de forma individual, que estarei tratando no segmento a seguir.

A água, muito provavelmente, ostenta há vários anos o título de campeã dos desperdícios e, dificilmente, outro ou outra irá despojá-la. Este recurso natural, que já tem sido motivo de contenda entre nações, ocupa espaço nas discussões sobre a estabilidade das condições de vida na Terra. Há cálculos bem estruturados e confiáveis, disponíveis para quem quiser ver e ler a qualquer momento, nos inúmeros instrumentos de divulgação e comunicação. Ninguém refuta a importância e a preciosidade desse líquido para todos os seres vivos, e muitos, são capazes de citar incontáveis oportunidades em que apreciaram a malversação desse recurso. O uso de água tratada, com recursos subsidiados, para lavar carros e calçadas, para molhar gramados e jardins ou banhos de chuveiro demorados, são alguns dos desperdícios mais propalados pelos órgãos de tratamento e distribuição da água. Há casos de prefeituras, que instituíram multas para moradores que desperdiçarem água em períodos de seca e de baixo nível das estações de captação, tratamento e distribuição.

Muito se tem dito também que a água assumirá o lugar de importância do petróleo, em futuro breve. Conflitos em países africanos e árabes já são comuns pela posse das reservas da água. Aliás, uma grande discussão tomou conta do país recentemente, sobre tema relacionado à escassez de água e envolvendo autoridades de todos os matizes: a transposição das águas do rio São Francisco. Políticos da região

defendem a viabilidade do projeto, que, segundo eles, seria a *panacéia* para os problemas da seca do Nordeste. Os que contestam a idéia – potencialmente os defensores do meio ambiente – argumentam que, se a disponibilidade da água do velho Chico, como é chamado carinhosamente o rio São Francisco, resolvesse o problema da seca e da miséria na região, não existiriam tantos ribeirinhos em situação de penúria às margens do mesmo, como se percebe atualmente. Além disso, trouxeram ponderações sobre o quanto a diminuição do nível e o assoreamento do leito importariam em situação catastrófica, não somente para a navegação, quanto para a pesca, refletindo nas condições de sobrevivência da população local. Uma das conclusões de ambientalistas a respeito do assunto foi de que, o demasiado interesse pela transposição se deve à utilização das águas para irrigação de grandes monoculturas. Sendo assim, parece não muito favorável nosso país figurar na atualidade como um dos cinco maiores produtores de grãos do mundo, pois a demanda de água para sustentar tal posição, certamente possui um alto custo. Houve, até mesmo, representante da Igreja Católica⁴ que realizou greve de fome em protesto contra o referido projeto. A atitude de um bispo, somada a vários questionamentos sobre a viabilidade econômica e ambiental do projeto, fez com que o mesmo fosse retirado da pauta de prioridades do Congresso Nacional e do governo Lula em 2007. Todavia, com o encerramento da greve do religioso e com a decisão favorável do Supremo Tribunal de Justiça à liberação das obras, o projeto foi retomado novamente em 2008.

De acordo com estudos realizados recentemente pela Sabesp⁵, empresa de água e saneamento do município de São Paulo, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o consumo de água no Brasil varia de 150 a 400 litros por pessoas por dia. Entre os maiores vilões no consumo doméstico está o chuveiro, que com meia volta de abertura da torneira consome 135 litros em 15 minutos. Também nos Estados Unidos, de reconhecida extravagância na utilização de recursos, além de ser obrigatório o limite de 6 litros para a descarga, a legislação limitou a vazão de chuveiros e torneiras em 9 litros de água por minuto, o que resultou numa redução de 30 por cento no consumo de água.

⁴ Em 26 de setembro de 2005, o bispo católico Dom Luiz Flavio Cappio iniciou uma greve de fome a favor da revitalização do rio São Francisco e pela revogação do projeto de transposição de suas águas para o semi-árido nordestino. A revista *Veja* edição 1926 de 12 de outubro de 2005, cuja capa tem como manchete “A Terra no limite”, tratou do assunto e cognominou o religioso como “o bispo-bomba”, numa alusão aos estragos realizados pelos terroristas árabes em suas missões suicidas e comparados ao estrago realizado pelo religioso na popularidade do presidente da república.

⁵ Disponível em: <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=2&temp2=3&proj=sabesp&pub=T&nome=Uso_Racional_Agua_Generico&db=&docid=2D04C37872F89EF8832570D100654E6A>. Acessado em 20.ago.2007.

Em países de recursos hídricos escassos como o Japão, cujo formato insular e a exígua disponibilidade determina restrições de acesso à água, os hábitos e costumes sofreram modificações ao longo dos anos, principalmente com o aumento da população. Por isso, a água tornou-se artigo relevante. Evita-se o uso indiscriminado deste recurso. A água utilizada em chuveiros e banheiras é drenada para as caixas de descarga dos vasos sanitários, ocasionando uma redução no consumo. Em algumas cidades japonesas, esta água é ainda utilizada em processos industriais antes de ser descartada.

A água também participa de toda a cadeia produtiva dos alimentos, assim como, naqueles produtos exportados para outras regiões, e que, na maioria das vezes, se constituem matéria prima na produção de comida para animais. Para se ter uma idéia do uso da água na produção de alimentos, somente a agricultura, nos processos de irrigação, é responsável pela demanda de 70% de toda a água doce do Planeta. Depois vêm as atividades industriais com 20% da demanda, incluindo também seu emprego na produção de energia. Finalmente, o uso doméstico, que consome 10% deste recurso, nas tarefas humanas de beber, cozinhar e higienizar⁶. Porém, dificilmente se contabiliza a quantidade de água impregnada nessas produções e pouco valor se confere ao seu preço final. Cabe salientar que, além do consumo de água nas irrigações responsáveis pela produção de grãos, frutas, verduras e legumes, seu uso também se dá nos sistemas de criação ou confinamento e no abate de animais para a industrialização de carne. Uma mesma análise se poderia fazer acerca da instalação dos sistemas de reflorestamento das poluidoras ‘papeleras’⁷, que não apenas desertificarão o solo para produção da matéria prima, mas também consumirão toneladas de água para produção da celulose.

Um novo conceito surgiu nos últimos anos para identificar a quantidade de água despendida na produção destes produtos. É o conceito de “Água Virtual”, introduzido em 1993 pelo professor Tony Allan⁸. Durante dez anos ele tentou expor sua teoria, visando obter reconhecimento da importância do tema, que envolve disciplinas de meio ambiente, engenharia de alimentos, engenharia de produção agrícola, comércio internacional e outras áreas correlatas. Na atualidade esse tema está sendo abordado como um instrumento estratégico na política da água. Informações da UNESCO dão

⁶ PETRELLA, Ricardo. *A água. O desafio do bem comum*. In: NEUTZLING, Inácio (org.). *Água: bem público universal*, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

⁷ A expressão ‘papeleras’ ficou conhecida após os protestos realizados por ambientalistas argentinos em 2006 contra a implantação de duas fábricas de celulose na cidade uruguaia de Fray Bentos, junto ao rio Uruguai, na região onde o mesmo divide os dois países.

⁸ O professor Anthony Allan, do Kings College de Londres, foi o criador do conceito de Água Virtual em 1993, quando era responsável pelo Departamento de Geografia daquela instituição. Ele definiu o conceito como a quantidade de água contida nas chamadas “commodities”, que são os produtos agrícolas mundialmente comercializados e que possuem preços regulados pela Bolsa de Valores de Chicago, tais como o soja, o café, etc... Esse conceito foi consagrado em 2003, durante o III Fórum Mundial da Água ocorrido em Kioto no Japão.

conta que o comércio mundial movimenta um volume de água estimado em 1.000 a 1.300 km³ de água virtual, sendo: 67% com o comércio de produtos agrícolas, 23% com o comércio de produtos animais e 10% com produtos industriais. Para se ter uma idéia da magnitude desses valores, eis alguns dados do estudo da Sabesp: um quilo de arroz consome de 1400 a 3600 litros de água; um quilo de soja consome de 2300 a 2750 litros; um quilo de carne de frango consome de 2800 a 4500 litros; um quilo de carne suína consome de 4600 a 5900 litros e um quilo de carne bovina consome de 13500 a 20700 litros. Então, considerando uma dieta com uso de carne, uma pessoa consome cerca de 4000 litros de água virtual por dia. A dieta vegetariana requer em torno de 1500 litros. Apenas um café da manhã chega a consumir 800 litros de água virtual. Segundo o 3º Fórum Mundial da Água, ocorrido em 2003 nas cidades de Kyoto, Shiga e Osaka no Japão, o Brasil ocupa a 10ª posição como exportador de água virtual, sendo superado por Estados Unidos, Canadá, Tailândia, Argentina, Índia, Austrália, Vietnã, França e Guatemala. Pode-se compreender assim, a razão da existência de movimentos ambientais identificados com a adoção de dietas vegetarianas.

Para que possamos entender a profundidade da crise deste que atualmente é considerado um bem público universal, mas que já se percebe assumir uma posição privada, a comercialização de uma água de qualidade para o consumo humano é já uma realidade na maioria das cidades. Os serviços de tele-entrega de água misturam-se aos de gás de cozinha e de pizza, num tresloucado zigue-zague para atender aos consumidores domésticos, sem que se dêem conta da duplicidade no pagamento ao órgão público responsável pelo fornecimento e à empresa engarrafadora. Nota-se, cada vez menor a responsabilidade assumida pelo Estado na qualidade de fornecimento deste recurso, tendo em vista a disposição cada vez mais acentuada, por parte dos consumidores, em adquirir água de fontes privadas. A atitude da população exige aos poucos o Estado de responsabilidades básicas, como o fornecimento de água tratada adequada para o consumo. Parece crescer também as atitudes repressivas em relação ao desperdício da água, seja para a lavagem de calçadas e de automóveis, seja no uso em jardins e gramados de forma perdulária. Neste caso, o combate ao desperdício fica bastante evidente.

Outro fator relevante em relação à água é que ela parece não possuir substitutos ou alternativas. Desde nossos primórdios, sabe-se que, como fonte de vida, a água é elemento insubstituível. Seu acesso não é problema de escolha e está ligada à própria vida. É o que PETRELLA in NEUTZLING (2002) destaca.

O carvão pode ser substituído pelo petróleo; o petróleo, pela energia solar. Podemos substituir o arroz pelo trigo, utilizar o trem em vez do avião. É possível, também, praticar uma economia sem moeda ou até sem preços (situação de gratuidade), mas não conseguimos substituir a água para viver. A essencialidade e o fato de ser insubstituível no que diz respeito à vida fazem do acesso à água um direito individual e coletivo, humano e social (p. 12).

Sendo assim, é possível entender porque, em curto espaço de tempo, a água poderá assumir o nível de relevância proporcionado ao petróleo, pois contrariamente ao que se pensava, a água não é um bem que possa ser repostado. É um bem finito, da mesma forma que os demais recursos naturais disponíveis às espécies que habitam nosso planeta.

Outra forma de desperdício, onde fontes de sustentação da vida são conduzidas ao lixo ou perdidas em sistemas de conservação e estocagem inadequados, é a de alimentos. Pode ocorrer, seja por descuido no transporte ou no consumo, seja por desequilíbrio nas demandas do mercado^{9,10} ou ainda, por desídia de quem detêm a possibilidade de manter-se saciado. O desperdício de alimentos é uma realidade brasileira que ninguém pode negar. Segundo a Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo, os alimentos não aproveitados ao longo da cadeia produtiva, representam 1,4% do Produto Interno Bruto do país. Segundo dados da ONG Banco de Alimentos,

das 83 milhões de toneladas de grãos produzidas anualmente, algo entre 10% e 30% se perdem no caminho entre a lavoura e o consumidor final. Na produção de frutas (30 milhões de toneladas por ano), o desperdício varia entre 20% a 35%, enquanto no segmento de hortaliças (27 milhões de toneladas por ano) as perdas oscilam entre 20% e 50%, ou seja, o desperdício pode chegar a 48,9 milhões de toneladas por ano.¹¹

Mas parece que o desperdício ainda possui nuances sutis e sedutoras que podem levar ao cometimento de pequenos delitos, de maneira irresponsável, mas, sempre, com justificativas plausíveis por parte do autor. E, em muitas dessas oportunidades, o transgressor vê-se imbuído de um direito de consumidor. É o caso dos desperdícios que ocorrem em restaurantes e churrascarias, nos tradicionais “rodízios” de carnes ou de massas, ou ainda nos conhecidos ‘cafés coloniais’¹², oferecidos a turistas na serra

⁹ Aqui cabe lembrar o exemplo do município de Guarapuava, no oeste do Paraná, onde uma empresa local foi denunciada em janeiro de 2007, em jornal televisivo de grande penetração nacional, por despejar diariamente no lixão municipal cerca de dez toneladas de batatas. Segundo o proprietário da empresa o descarte era parte de uma estratégia de valorização do produto, já que o estoque excessivo desvalorizava o mesmo e provocava decadência nos preços de comercialização. Após a denúncia, o secretário municipal da saúde, mesmo contestado pelos fiscais sanitários locais, liberou o produto para distribuição nas vilas mais pobres do município.

¹⁰ Também ocorre desperdício de alimentos por demanda de mercado, onde as sobras de restaurantes em função da queda de público em ocasiões inesperadas, ou naquelas em que a previsão de demanda foi superestimada, são o resultado de uma produção excessiva para um público abaixo da expectativa.

¹¹ Disponível em <<http://www.bancodealimentos.org.br>> Acessado em 10. nov. 2007.

¹² O café colonial é um cardápio ‘comercial’ de origem alemã, característico da serra gaúcha, oferecido em estabelecimentos e principalmente aos turistas que visitam a região. É composto do café com leite tradicional, circundado por uma variedade de pães, embutidos, margarinas e manteigas, geléias e outras guloseimas que transformam a refeição num momento de fartura jamais esquecido.

gaúcha, mostrando de maneira equivocada de como era / é a vida na colônia. A quantidade e variedade de pratos que compõem esses serviços parecem proporcionar ao consumidor um sentimento de poder diante de tal disponibilidade, caracterizado principalmente pelo uso e abuso. Poucas vezes são contidos e regulados por uma “taxa de desperdício”, imputada ao cliente considerado esbanjador ou desperdiçador. E há ainda, tentativas de se coibir essa “taxa de desperdício”, sob a argumentação de ser abusiva e infratora aos direitos do consumidor e, como tal, causadora de danos morais. Já existe inclusive jurisprudência para casos desse tipo.

Percebe-se, dessa forma, que a fome no mundo não estaria na dependência de um volume de produção que atenda a todas as populações, mas, talvez, na necessidade de políticas públicas voltadas a uma melhor distribuição dos alimentos e a conscientização da sociedade no seu uso racional. Cabe aqui destacar as inúmeras investidas lançadas nas últimas décadas pela indústria agroquímica, em busca de uma produção de alimentos que contemplasse até mesmo as populações dos países menos desenvolvidos, no episódio que ficou conhecido como “Revolução Verde”; embora tenha sido considerada um engodo em termos de resultados práticos. Este nome esteve intimamente ligado ao envenenamento de mananciais hídricos, pelo uso indiscriminado dos chamados defensivos agrícolas, e que, posteriormente, receberiam o qualificativo de “agrotóxicos” por José LUTZENBERGER. Ocorrida na década de 1970, a Revolução Verde foi propalada como a grande salvação da humanidade, onde uma nova concepção em termos de cultivares, não só pelas sementes como pelas práticas agrícolas, através de novos fertilizantes, uma adequada mecanização e a redução no custo de manejo, seria capaz de reduzir de forma drástica a fome no mundo. Todavia, o resultado prometido e tão esperado pelos países menos desenvolvidos acabou não acontecendo; mas, sim, criou-se uma total dependência destes países à tecnologia das grandes empresas agroquímicas. LUTZENBERGER (1980) destaca que os métodos utilizados pela Revolução Verde se demonstraram insustentáveis, trabalhando de forma totalmente contrária à visão tradicional da agricultura camponesa, onde “havia amor e apego à terra, respeito e cuidado do solo pela reciclagem de toda a matéria orgânica, diversificação e rotação de cultivos e controle da erosão, com inclusão de adubação verde e preservação e restituição dos equilíbrios naturais” (p. 65). A Revolução Verde acabou incentivando o desenvolvimento de grandes latifúndios e a adoção da prática de monoculturas. Embora tenha sido implementada para produzir quantidade significativa

de grãos nos países menos desenvolvidos, a Revolução Verde parece ter facilitado a disseminação de produtos da indústria química pelos mais distantes recantos do planeta. CARSON (2001), em sua Primavera Silenciosa, advertia sobre o uso destes produtos.

Por primera vez em la historia del mundo, todo ser humano esta ahora sujeto al contacto com peligrosos productos químicos, desde su nacimiento hasta su muerte. Em menos de dos décadas de uso, los plaguicidas sintéticos han sido tan ampliamente distribuidos a través del mundo animado e inanimado, que se encuentran virtualmente por todas partes. Se han allado residuos de esos productos en la mayoría de los sistemas fluviales importantes e incluso em corrientes subterráneas que fluyen desconocidas a lo largo de la tierra (p. 25).

Assim, é perceptível, até mesmo na produção de alimentos, uma busca de oportunidades para consolidar o lucro como elemento mais significativo do que a resolução de problemas tão primordiais. Mas nem tudo parece levar a uma análise pessimista tão somente da realidade desta cadeia produtiva. Os últimos resultados demonstram a incorporação de tecnologias sofisticadas na agricultura moderna, o que trouxe enormes benefícios para o abastecimento global. Mesmo assim, isto não tem se refletido na distribuição equânime destes volumes. Há muitas crianças, sabidamente nos países com menor Índice de Desenvolvimento Humano¹³, com uma debilidade portentosa de proteínas e cujo resultado tem sido o índice alarmante de mortes antes do primeiro ano de vida. Entretanto, nos países com mais recursos, há enormes exageros que podem ser observados nas latas de lixo doméstico e nos aterros sanitários, locais de enorme afluência de pessoas que buscam a sobrevivência à qualquer custo.

Sobras de alimentos, muitas vezes, são disputadas por moradores de rua em lixeiras de condomínios dos grandes centros urbanos, tornando-se imagens cada vez mais comuns. Cabe aqui registrar o admirável trabalho desenvolvido pela ONG Mesa Brasil do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC. Voluntários da instituição recolhem excedentes de restaurantes industriais e comerciais, centrais de abastecimento e supermercados, e os conduzem a locais de elaboração de comidas para pessoas em situação de risco, principalmente moradores de rua. Segundo dados da instituição, no ano de 2006 foram atendidas quase 980 mil pessoas, com uma distribuição de quase vinte duas mil toneladas de alimentos em todo o país, atingindo cerca de duzentos e trinta cidades. Um outro programa criado pelo governo brasileiro, e que busca atender também pessoas com menores condições financeiras, é o Fome Zero. Este programa foi criado pela atual administração federal, no sentido de proporcionar

¹³ O Índice de Desenvolvimento Humano, ou IDH, foi criado no início da década de 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde então em seus relatórios anuais. É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo, avaliando e medindo o bem-estar da população, especialmente o bem-estar infantil.

uma redução imediata nos índices de desnutrição do país. Nos últimos tempos, perdeu credibilidade, em função de ter sido utilizado equivocadamente como propaganda política pelo governo.

Além da água e dos alimentos, um outro tipo de desperdício tem chamado a atenção das autoridades públicas, o desperdício de energia elétrica, principalmente pela responsabilidade imputada a elas na disponibilização desse recurso. Considerada uma das formas de energia de que o homem mais depende e utiliza, pela facilidade de transporte e baixo índice de perdas, a energia elétrica está diretamente relacionada com os requisitos primários do homem. Sobre a sua importância, que o digam aqueles que já passaram algumas horas sem este recurso imprescindível. A falta de iluminação, de computadores, de sistemas de refrigeração, de aparelhos de televisão e muitos outros recursos, deixa qualquer pessoa deslocada de sua realidade, pois muitos confortos atuais só funcionam sob os auspícios da energia elétrica. Embora possua muitas fontes de geração, a energia elétrica também demanda um significativo custo de produção, e seu uso irracional acarreta perdas irre recuperáveis. Nosso país possui quase a totalidade da energia elétrica gerada a partir de usinas hidrelétricas, sendo estas fontes as mais econômicas do mundo. A maior parcela de produção de energia elétrica brasileira é advinda da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que já produziu até agora mais de um bilhão e meio de megawatts, segundo dados da própria empresa. Em geração de energia é a maior usina hidrelétrica do mundo. Talvez seja a certeza na disponibilidade que faça com que seu uso mereça pouco cuidado.

Atitudes como desligar as luzes de locais ermos, utilizar a luz solar sempre que possível, substituir as lâmpadas incandescentes pela fluorescentes compactas e pintar o ambiente interno com cores claras são as mais solicitadas, tendo em vista a redução do consumo. Todavia, nem sempre nos damos conta de que este recurso indispensável à vida atual é prenhe de ações agressivas ao meio ambiente para ser gerado. Segundo dados da empresa Rio Grande Energia¹⁴, a construção de uma usina hidrelétrica demanda grande impacto ambiental, como a inundação de muitos hectares de terra. Isso prejudica a produção agrícola e as áreas de florestas, interfere na migração e reprodução de peixes, altera o funcionamento de rios, expulsa animais de seus ecossistemas e desaloja populações ribeirinhas inteiras, além de gerar resíduos nas atividades de manutenção de seus equipamentos. Também as usinas termelétricas produzem impacto ambiental: emitem gases que contribuem para o efeito estufa, tais como o dióxido de

¹⁴ Disponível em <http://www.rge-rs.com.br/gestao_ambiental/impactos_ambientais/impactos.asp> Acessado em 09.dez.2007.

carbono, emitem óxido de enxofre e nitrogênio que pode causar chuvas ácidas prejudiciais à agricultura e às florestas, além de também gerarem resíduos nas atividades de manutenção de seus equipamentos. Consideradas as fontes de geração mais limpas, as usinas atômicas possuem o grande risco de vazamentos de radiação para o meio ambiente, além do lixo atômico que traz grande impacto ambiental. Foram muito contestadas pelos ambientalistas brasileiros em sua fase de introdução no país, em meados da década de 1970, quando o governo brasileiro assinou tratado de cooperação com a Alemanha. LUTZENBERGER (1980), na época um dos maiores contestadores da implantação do projeto de usinas nucleares no país, traçava comparativos com o modelo alemão, conforme se percebe na primeira parte de seu Manifesto Ecológico Brasileiro, em capítulo cujo título recebe o nome de Aprendiz de Feiticeiro. Ao analisar o projeto das usinas atômicas, destacava que

o dogma da necessidade do crescimento constante tem levado a extrapolações estatísticas absurdas, como a da continuação indefinida da duplicação, cada dez ou cada sete anos, do consumo de energia. Em base a este tipo de extrapolação, para cuja realização na prática se movimenta uma publicidade que nos incita a um uso cada vez mais esbanjador de energia, surgem, então, planejamentos ainda mais absurdos, como o de querer semear, nos próximos quinze anos, um total de quase cinquenta usinas atômicas em um pequeno país de 250.000 quilômetros quadrados, como é o caso da República Federal da Alemanha (LUTZENBERGER, 1980, p. 40).

Um exemplo de desperdício de energia elétrica, embora considerado de pouca relevância, mas por mim observado constantemente, é o uso de elevadores. São raros os prédios com mais de três andares que não desfrutem desse conforto. Mas, quando o número desses veículos supera a quantidade mínima, e não há um responsável pela coordenação de seu deslocamento, ocorre um total descuido com o consumo de energia. Não há sequer a observação de qual dos dois veículos está mais próximo do andar onde se aguarda o transporte. Precipitadamente, os dois botões de chamada de cada veículo são simultaneamente acionados, quando não, vez por outra, se acionam tanto o botão para subir quanto o botão para descer. De forma similar, alguns shoppings centers também disponibilizam escadas rolantes de descida para dias de pífio movimento. Pode-se, assim, observar mais desperdícios no uso do recurso energia elétrica.

Na utilização de mecanismos que consolidaram o conforto térmico, como ventiladores e condicionadores de ar, também se podem verificar desperdícios. Tenho conhecimento, no meu círculo de relações, daqueles que se jubilam em fazer uso de ventiladores ou ar condicionado em dias de temperatura amena, para que possam utilizar cobertas mais grossas, normalmente destinadas às estações outonais. O

argumento dessas pessoas é de que pagam pela energia elétrica que consomem, desconhecendo as implicações de sua geração e os recursos públicos que o subsidiam.

Mas nem sempre é essa a realidade em lugares onde os recursos são conseguidos de forma árdua, principalmente em momentos de conflitos ou enfrentamentos entre populações de países cuja realidade muitos de nós ignoramos. Permito-me ilustrar um exemplo de uma vivência oposta. AMÓS OZ¹⁵ (2005, p.29), em seu romance autobiográfico *De amor e Trevas*, conta de sua infância em Jerusalém, onde nasceu, nos anos que antecederam ao estabelecimento do Estado de Israel (1948), quando afirma, que o *desperdício é imoral*, ao trazer algo do cotidiano de sua casa:

Mesmo quando não aconteciam interrupções de energia, vivíamos sempre sob uma luz desmaiada, pois era preciso economizar: meus pais trocavam as lâmpadas de quarenta watts por outras de vinte e cinco. Não só pelo preço, mas porque a luz intensa é sinal de desperdício, e o desperdício é imoral. [...] Papai trabalhava em sua máquina de escrever até as duas da madrugada em uma lâmpada anêmica de 25 watts. Estragava os olhos, mas usar uma lâmpada mais potente não ficaria bem, pois os pioneiros nos kibutzim da Galiléia passavam noites a fio em barracas, escrevendo seus livros de poesias, ou seus tratados filosóficos, à luz bruxuleante de velas sob o vento. Como ignorar isso? Ficar aí refestelado feito um Rothschild, sob a luz feérica de uma lâmpada de 40 watts? [...] Enquanto eu acendia a luz do banheiro com uma das mãos, com a outra apagava a do corredor para não desperdiçar eletricidade. Puxava com muita parcimônia a correntinha da caixa de descarga, pois não se deve gastar uma caixa inteira, só para um xixi. Havia outras necessidades (não as nomeávamos) que justificariam, em alguns casos uma caixa d'água completa. Mas para xixi? Um caixa inteira? Enquanto os pioneiros no Neguev regavam as mudinhas com a água usada para escovar os dentes? E, ao sair do banheiro a mão esquerda apagava enquanto a mão direita acendia a luz do corredor, pois [...] tínhamos a obrigação de poupar.

Mais energia elétrica desnecessária é consumida em outros aparelhos eletrodomésticos que fazem parte do nosso dia-a-dia, dando a entender que o desperdício ronda o cotidiano. Televisores ligados somente para serem ouvidos, refrigeradores abertos antes de se decidir o que realmente se quer retirar, luzes externas e internas acesas sem necessidade, banhos quentes de longa duração na estação de inverno, num chuveiro que consome em torno de 2.500 watts de potência (equivalente a sessenta lâmpadas de quarenta watts ligadas ao mesmo tempo) e o ferro elétrico ligado para desfranzir meia dúzia de peças de roupa. Esses excessos são combatidos em campanhas insistentes das empresas de geração e fornecimento de energia, preconizando os altos custos necessários para esta produção. A implantação anual do “horário de verão” em alguns estados, predominando de outubro a fevereiro do ano subsequente, segundo a empresa brasileira responsável pelo gerenciamento do potencial

¹⁵ Amós Oz (nascido Amós Klausner em 1939) é talvez o mais destacado escritor israelense. Enquanto estudante de Literatura e Filosofia na Universidade Hebraica de Jerusalém entre 1960 e 1963 publicou seus primeiros contos. Oz (sobrenome que em hebraico significa ‘coragem’ foi adotado, quando da morte da mãe) participou na Guerra dos Seis Dias e na Guerra do Yon-Kippur. Esta presença em duas cruentas guerras aparece em sua obra e determinou que liderasse a causa da paz na mediação do continuado conflito entre israelenses e palestinos. Para tal fundou nos anos 70, juntamente com outros, o movimento pacifista israelita Schalon achshaw (Peace Now). Sua obra já está traduzida em 22 idiomas e em 1992 recebeu o Prêmio da Paz na Feira do Livro de Frankfurt.

energético brasileiro, é uma forma de atenuar o impacto negativo na estabilidade do sistema elétrico, devido ao aumento brusco de demanda no início da noite. Assim, com a adoção do horário especial, há um retardamento no funcionamento da iluminação pública – devido à iluminação natural ainda presente –; pois a chegada prematura da população em casa ocasiona um aumento gradual da demanda. Portanto, a economia só se dá na porção sul do país, em estados localizados inteiramente ao sul do Trópico de Capricórnio. Todavia, há pessoas que se sentem prejudicadas pelo desperdício de tempo, quando da entrada do horário em vigor, reduzindo o dia em uma hora.

Mas a preocupação com o consumo de energia elétrica tem sido uma constante por parte das autoridades públicas, principalmente para evitar a repetição de equívocos como o *Apagão*¹⁶ sucedido no despontar do século XXI. Restou à população brasileira o aprendizado de conviver com a escassez em tempos de crise. Aliás, as concessionárias atualmente realizam constantes sensibilizações contra esse desperdício, inclusive participando de eventos em Escolas, e transformando a conta mensal do consumidor numa continuada seqüência de avisos e alertas.

Para aqueles que costumam desfrutar de uma boa leitura de periódicos nos descansos dominicais ou são contumazes apreciadores de bons títulos nas horas de folga, é de bom grado atentar para um desperdício que vem chamando a atenção de especialistas ambientais: o desperdício de papel. Sabe-se que a origem do papel são os recursos arbóreos, cujo processo fabril é extremamente maculador do meio ambiente. Não posso deixar de referir novamente, mesmo que o assunto fuja a este texto, o crime ambiental que se comete nos dias atuais no Rio Grande do Sul, no assim chamado ‘florestamento’ com exóticos eucaliptos para a produção de celulose exportada aos países centrais. Todavia, a cada página rabiscada ou inutilizada nota-se uma acentuada despreocupação com esse desperdício. É possível perceber o uso indiscriminado desse recurso nas embalagens dos mais variados produtos. Uma rede internacionalmente conhecida de lanches ‘fast food’, e que, seguidamente realiza campanhas em prol de crianças com doenças crônicas, pratica um dos maiores desperdícios no acondicionamento de seus produtos. Além do preço diferenciado em seus nada

¹⁶ A Crise do Apagão, como ficou conhecida a falta de energia elétrica de 2001, resgatou um comportamento de economia jamais visto em outros tempos. O grande consumo nacional em função do crescimento econômico, aliado à falta de chuvas para o perfeito funcionamento das usinas hidrelétricas, base de nosso sistema energético, determinaram uma queda na disponibilidade de energia elétrica em todo o país. As concessionárias estipularam metas de consumo, de acordo com a média dos últimos meses a todos os consumidores. A partir da meta estipulada, todo o consumo excedente era sobretaxado de acordo com a demanda extra de quilowatts. A crise só foi superada com a ocorrência de chuvas suficientes para abastecimento dos reservatórios. A partir de então, o governo resolveu investir em usinas termoeletricas e outras fontes alternativas.

saudáveis lanches¹⁷, a rede utiliza de três a quatro embalagens de papel cartonado para acondicionar sanduíches, batatas fritas e brinquedos plásticos. Como resultado final, é conveniente observar os conteúdos dos contentores de lixo das lojas.

LUTZENBERGER (1980) também criticou o abuso do recurso papel por parte das empresas de comunicação escrita. Para ele, haveria uma grande economia de madeira e se evitaria boa parcela do processo poluidor de produção do papel, além da poluição de ruas e praças, “se nossos jornais fossem de tamanho razoável”. Impõe crítica ao extenso conteúdo de alguns periódicos, e protesta contra a quantidade de páginas e o inadequado direcionamento de cadernos de classificados. Questiona também sobre a eficiência dos jornais de domingo, perguntando: “Afinal, quem consegue ler de ponta a ponta um jornal dominical com trezentas páginas?” (p. 37)

Aproveitando a referência ao uso indiscriminado do recurso papel, não há como deixar de aliar aqui também o desperdício do plástico em todas as suas modalidades: sacos, sacolas, pratos, copos e talheres descartáveis, chapas, lâminas acolchoadas com micro-bolhas entre outras. Pode-se observar que, talvez a utilização indiscriminada de sacolas plásticas, por exemplo, é um dos desperdícios mais significativos na atualidade. Utilizadas como embalagens de transporte para compras no comércio em geral, seu volume se multiplica de maneira insólita em lixões e aterros sanitários das cidades. Também, o uso irracional do plástico como embalagem, principalmente por parte da indústria de bens de consumo, pode ser evidenciado no acondicionamento desde eletrodomésticos e móveis, até os mais diversificados utensílios do dia-a-dia – os assim também chamados ‘descartáveis’ –, tais como: aparelhos de barba, escovas dentais, pilhas e baterias, iogurtes, alimentos congelados e de cozimento rápido, doces e biscoitos, peças e acessórios, etc. São esses subprodutos da embalagem industrial, juntamente com o papel, denominados recicláveis, que movimentam a cadeia de catadores das grandes cidades; isso quando há um cuidado em separar previamente os tipos de lixo nas residências. Mas, entre esses catadores, nem sempre há uma preocupação com a questão ambiental; mesmo porque não foram educados, e nem sequer preparados para tanto. Sabemos que muitos deles possuem papel relevante na desobstrução e conservação de ruas e calçadas, recolhendo o lixo reciclável nas cidades. Todavia, alguns menos preparados descartam em outros lugares aquilo que porventura

¹⁷ O diretor e ator Morgan Spurlock é o criador do documentário “Super Size Me”, que foi exibido no ano de 2004, no Brasil, com o nome de “A dieta do palhaço”, onde revela, segundo ele, os malefícios do lanche da rede McDonald’s. Morgan passou um mês se alimentando exclusivamente com lanches do cardápio da rede e, além de ver seu peso aumentado em sete quilos, teve uma alteração significativa do colesterol.

não possui utilização imediata, causando poluição e assoreamento de córregos e arroios em áreas de risco da periferia. Conheço uma comunidade de catadores onde a deposição de resíduos não aproveitados do lixo dito reciclado transformou o lugar em uma triste e melancólica paisagem. Acabaram por soterrar o pântano próximo às margens do rio, cujo papel fundamental nas cheias é funcionar como uma espécie de esponja, se deixando encharcar com o excesso para depois devolvê-lo ao manancial. Agora, quando há uma maior precipitação de chuvas no local, seus moradores sofrem com as conseqüentes inundações.

Mas, algumas novidades tecnológicas têm contribuído significativamente para a redução do desperdício, com perspectivas alvissareiras de um futuro promissor, principalmente com relação à substituição do papel como meio de comunicação e como prova documental. O advento da tecnologia da informação, além de racionalizar o arquivamento de documentos, eliminou substancialmente a utilização do papel. Ao invés da necessidade de grandes arquivos de aço, uma simples unidade central de processamento é capaz de armazenar a informação contida em vários destes arquivos. E sua impressão pode ser solicitada somente quando for necessário. O envio de informações por meio eletrônico também reduziu de maneira drástica o uso de papel para tal fim. A comprovação documental em papel tem sido substituída pela adoção de senhas eletrônicas personalizadas, onde somente o destinatário consegue comprovar o recebimento de tais informações. Um dos maiores exemplos do sucesso dessa tecnologia tem sido o comércio eletrônico de produtos. Também os denominados “eletronic books”, ou simplesmente “e-books”, ameaçam substituir bibliotecas inteiras por unidades centrais de processamento com capacidade de armazenamento jamais imaginada. Bibliotecas inteiras podem ser acessadas, sem a necessidade de o usuário sair de casa. Já é possível imaginar alunos em sala de aula munidos tão somente de seus note-books, sem se utilizarem de cadernos ou livros e armazenando todo o conteúdo ministrado em suas máquinas.

Há ainda o desperdício de tempo, tão propalado atualmente em cursos específicos voltados ao ensino de como administrá-lo de forma eficaz. Dizem os adeptos do combate a esse desperdício, aliás, um dos mais condenados na atualidade, que ele é um recurso cada vez mais essencial em nossa realidade e que, se mal aproveitado, torna-se impossível resgatar. Aliás, a máxima “*Time is money*” serviu de bordão a inúmeras tentativas de ‘*vender*’ novas formas de gerenciamentos empresariais. Mas, será que nós, da área das Ciências Sociais e Humanas, também podemos nos

considerar alforriados desse tipo de desperdício? Ou, também somos esbanjadores de tempo e devemos nos sensibilizar de que essa perda nos torna cada vez mais despojados? Para falar a verdade gosto e necessito desperdiçar um tempinho vez por outra, até porque hoje já se fala em aprendermos a ‘fazer nada’ ou criarmos uma ‘cultura da *nadificação*’. Existem vários sítios na internet que propagam o dia do nada como “*um evento de caráter filosófico, antropológico, sociológico, científico, religioso e artístico, que atravessa todas estas áreas do conhecimento humano, para, absolutamente, nada ser*”¹⁸. Na atual realidade nota-se uma crescente preocupação com o desperdício de tempo, sendo primordial o aproveitar a vida, mas aproveitá-la como sinônimo de algo que deve ser feito de forma emergencial, ou então poderemos estar jogando fora a oportunidade dada. Nesta cultura de evitar o desperdício dos momentos disponíveis para aproveitar a vida, infeliz de quem deitar num gramado e observar o céu, as árvores e canto dos pássaros; ou ainda, deitar no sofá, desligar o telefone, fechar os olhos e escutar uma música suave. Certamente poderá se abarrotar de culpas irre recuperáveis. Fazer nada hoje em dia pode se tornar uma das tarefas mais angustiantes para o ser humano.

Também como movimento de conscientização de uma postura de resgate dos sabores regionais, em contradição aos efeitos padronizantes do “fast food”, que ameaçam com o desaparecimento daquelas culinárias, o “slow food” preconiza a adoção de maior tempo para tornar a ingestão de alimentos um ato prazeroso e de maior qualidade. Criado em 1986, por Carlo Petrini na Itália, o movimento possui hoje mais de oitenta mil membros em todo o mundo¹⁹. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, com a utilização de produtos básicos artesanais, de qualidade especial, produzidos respeitando tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção.

Pelos relatos nota-se uma imensidade de concepções do desperdício, permeando muitas realidades onde o ser humano esteja inserido. A forma despreocupada com que o homem trata os recursos naturais disponíveis, e que são finitos, em futuro diminuto cobrará dividendos das futuras gerações. Pode-se dizer que esta cobrança já está em andamento, haja vista as conseqüências observadas com maior evidência nas oscilações climáticas do planeta, e que demonstram a necessidade iminente de uma mudança de nossos comportamentos. O atual paradigma do crescimento constante e do consumo

¹⁸ Disponível em: <http://nothingday.blogspot.com/2005_05_01_nothingday_archive.html>. Acesso em 31Jan.2007

¹⁹ No Brasil, o movimento possui um sítio que pode ser acessado através do link <www.slowfoodbrasil.com>.

indiscriminado de supérfluos e descartáveis, por certo, não se coaduna com a preservação de um meio ambiente onde seja possível as condições adequadas para a sobrevivência humana. Na concepção de James Lovelock, “Gaia” continuará sua jornada independente das agressões sofridas em função da inabilidade do homem no tratamento do planeta.

REFERÊNCIAS

_____. *Tempos Líquidos*, trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *Vidas desperdiçadas*, trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4.a Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CARSON, Rachel, *Primavera Silenciosa*. Barcelona: Diagonal, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2.a Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHASSOT, Attico Inácio. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Ijuí: UNIJUÍ, (1ª ed. 2000), 2006.

_____. *Educação consciência*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

LUTZENBERGER, José A. *Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

NEUTZLING, Inácio (org.). *Água: bem público universal*, São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

OZ, Amos, *De amor e trevas*. Trad. Milton Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VIEIRA, Jairo B. *José Antonio Lutzenberger: um estímulo ao movimento ambientalista brasileiro na década de 1970*. Brasília: UPIS, 2004.

ZILIOOTTO, Denise Macedo (org.). *O consumidor: objeto da cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

SAHLINS, Marshall. *A primeira sociedade da afluência*. Disponível em: <<http://ervadaninha.sarava.org/Marshall%20Sahlins%20-%20A%20primeira%20sociedade%20da%20afluencia.html>>. Acessado em 25.11.07

LAYRARGUES, Philippe. *O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental*. Publicação do GPEA – UFMT, HYPERLINK <“http://www.ufmt.br/gpea/pub/philippe_latinhas.pdf”> - Acessado em 23.11.07